

crise internacional:

Enviado por jose.v.furtado
11-Nov-2008

Discurso do Primeiro-Ministro in debate sobre Crise Internacional

"Este país tem sido considerado no plano internacional como uma referência, como um exemplo em vários domínios essenciais para a vida das nações e das humanidades", José Maria Neves.

A estabilidade é um bem essencial para um pequeno país, vulnerável, como Cabo Verde. Este país, o seu governo, a sociedade civil cabo-verdiana tudo tem feito para que este país continue a ser, um país estável tanto do ponto de vista político, como do ponto de vista social e macroeconómico.

Um outro bem essencial para Cabo Verde é a sua credibilidade no mundo. E, nunca como hoje, Cabo Verde teve tanta confiança da comunidade internacional e tanta credibilidade no mundo, vejam a parceria especial com a União Europeia. Esta parceria é consensual, tanto o poder, como a maioria e a oposição têm saudado esta parceria especial e têm reconhecido a importância desta parceria para a credibilidade de CV no mundo, para o seu desenvolvimento, para a construção de factores de competitividade e quem sabe, para nos ajudar neste momento conturbado que o mundo está a viver.

Vejam também, a adesão de Cabo Verde à Organização Mundial do Comércio. Cabo Verde tem sido saudado pelo seu trabalho, pelo seu desempenho e por ter assumido no plano internacional, um programa de reformas internas que lhe permite convergir no ponto de vista técnico e normativo com outros países, no quadro desta organização comercial.

Este programa, poderá ser também, um elemento importante, para que Cabo Verde possa fazer face às turbulências que tem acontecido na economia mundial.

Por outro lado, tem-se reconhecido os índices de boa governação. Todos os indicadores de instituições internacionais credíveis, têm apresentado Cabo Verde como um país bem governado.

Temos feito uma gestão séria e prudente das finanças públicas, temos o equilíbrio dos fundamentais da economia, tem havido uma redução substancial do défice público. Segundo os dados do Banco de Cabo Verde o défice público era de cerca de 9% em 2000, e de acordo com os dados do FMI (porque os dados contabilísticos são diferentes) era de cerca de 20%, e com o esforço do governo o défice público reduziu-se para níveis que estão de acordo com os critérios de convergência de Maastricht.

A redução substancial do défice público tem um impacto positivo na economia real e é fundamental para as empresas e para as famílias. Pois, quando o Estado controla as suas despesas, está a permitir que os recursos da economia sejam canalizados para as empresas e para as famílias, contribuindo assim para a redução do custo do dinheiro, que é o mesmo que dizer, a redução das taxas de juros. É o que tem acontecido em Cabo Verde desde 2001 a esta parte.

Também, como bem disse a Sra. Ministra das Finanças temos trabalhado no reforço da convertibilidade do escudo cabo-verdiano. Temos tido um aumento substancial das reservas externas de dias de importações para mais de 3,3 meses. Temos também, trabalhado no sentido de uma redução sustentada da dívida pública de 87% para 62%, permitindo que Cabo Verde atinja antes dos prazos estabelecidos nos acordos com as instituições financeiras internacionais, a redução da dívida pública interna.

O saldo global positivo de que se fala neste momento, não tem haver só com o Estado, tem a ver também, com a boa governação, com a gestão séria e prudente das finanças públicas, com a estabilidade dos fundamentais da economia, com o controlo das despesas públicas, com trabalho paciente no sentido de haver despesas públicas de qualidade

para proteger o poder de compra dos cabo-verdianos, para garantir uma redução do custo de crédito no país, consequentemente uma redução das taxas de juros para proteger a competitividade das empresas cabo-verdianas.

O Governo tem trabalhado no aumento da capacidade reguladora do Estado. Aprovamos a lei de base de regulação independente, fizemos a revisão da lei orgânica do Banco de Cabo Verde garantindo-lhe mais autonomia e independência para garantir a estabilidade dos preços e a regulação do sector financeiro, um sector fundamental para o crescimento e a competitividade da economia cabo-verdiana de acordo com a estratégia global do país.

Neste momento, o Banco Mundial e várias outras instituições financeiras internacionais estão a recomendar um conjunto de outros países, que querem fazer reformas no domínio da aeronáutica civil, para virem estudar a experiência de Cabo Verde e poderem ver os ganhos que nós conseguimos, designadamente a categoria 1 atribuída pela Agência de Aviação Civil dos Estados Unidos, o Certificado ETOPS que nos permitem fazer voos inter atlântico com aviões da nossa companhia aérea e a certificação de companhias aéreas nacionais, que são ganhos fundamentais para a economia cabo-verdiana.

Temos também, a Agência de Regulação Económica, a Agência de Regulação de Produtos Farmacêuticos e Alimentares, a Agência Nacional de Comunicações e a ANSA.

Cabo Verde tem dado passos seguros, pesem embora, as insuficiências que existem no domínio da regulação, tanto do ponto de vista institucional, como do ponto de vista de recursos humanos. Temos ainda debilidades e temos de continuar a trabalhar para reforçar a nossa capacidade de regulação, particularmente do sector financeiro e da Agência de Regulação Económica, que tem sectores importantes, como a energia, a água, mas também, a própria Agência Nacional de Comunicações.

A Agência Nacional de Comunicações tem o sector de telecomunicações, em relação ao qual, fazemos já um trabalho importante, como a sua liberalização, permitindo a entrada de novos operadores e a concorrência no mercado.

Temos também trabalhado, no sentido de adequação da Administração Pública e sua transformação em instrumento de desenvolvimento. Destaco a criação da Comissão Interministerial para Inovação e a Sociedade de Informação, a criação do NOSI, a aprovação de plano estratégico para a Sociedade de Informação e do plano de acção para a governação electrónica. Aqui, eu queria dizer aos Srs. Deputados, que devemos analisar os ganhos que Cabo Verde já teve no domínio da governação electrónica e da construção de Sociedade de Informação.

Tem-se feito estudos no plano internacional em relação a governação electrónica, as inovações que o NOSI está a introduzir em Cabo Verde, a criação da Casa do Cidadão, aqui temos a governação integrada. Há países, designadamente Portugal com as lojas do cidadão, têm apreciado hoje, os avanços de Cabo Verde em relação à Casa do Cidadão, que é um outro conceito completamente diferente de prestação serviços públicos, através da integração do Back off e a prestação de um serviço de maior qualidade aos cidadãos.

A Casa do Cidadão hoje, permite a criação de empresa no dia e 102 on-line, pagamentos electrónicos e está-se a preparar o lançamento do documento único automóvel. Até ao final do ano, abriremos o posto de atendimento da Casa do Cidadão em Mindelo, para criar aí a possibilidade de atendimento presencial e a criação de empresas no dia. Certidões on-line hoje, podem ser obtidos através de Porton de nós ilha, mas também, há balcões de atendimento presenciais, com grande sucesso, na cidade de Lisboa e na cidade de Bóston e, estamos a preparar para que outras cidades terem também, essa possibilidade nas nossas embaixadas.

Temos a criação da Cabo Verde Investimentos que é importante para a gestão, mais adequada, de todo o programa de investimentos privados em Cabo Verde. A Sra. Ministra falou aqui, de uma questão essencial e que tem a ver com a mudança de paradigma da nossa economia. Pela primeira vez, os investimentos directos estrangeiros superam as remeças dos emigrantes. É um dado importante. Para além do saldo global positivo e da possibilidade que nós temos hoje, de financiar o nosso programa de investimentos em 30%, trinta e três por cento do orçamento de 2009 vai ser financiado com recursos internos.

Temos tido uma política abrangente e integrada. Os dados do QUIBE dizem-nos, por exemplo, que há uma maioria substancial da qualidade de vida dos cabo-verdianos em todos os domínios. Eu acho que quando estamos a ler os

dados estatísticos devemos fazê-lo de forma integrada. Esses dados apontam para uma melhoria substancial, vejam, quando nós aprovamos a pensão social mínima e a aumentamos de 1.300\$00 para 3.500\$00, abrangendo 23 mil cabo-verdianos, são 23 mil pessoas que saem do limiar da pobreza. O acesso a água potável, a energia eléctrica, a educação, aos serviços da saúde, o programa de combate a VIH-Sida, do combate a pobreza, as refeições quentes nas escolas, o programa de bolsas de estudo, de saúde escolar, o sistema de apoio aos transporte escolares, o programa de distribuição de kits escolares etc. etc. tem contribuído para melhoria do acesso dos cabo-verdianos aos bens essenciais e tem contribuído para a melhoria da qualidade de vida dos cabo-verdianos.

Os cabo-verdianos reconhecem isso. Os cabo-verdianos dizem, efectivamente, que há desigualdades sociais em Cabo Verde, mas se formos analisar a curva das desigualdades, denotamos, efectivamente, que essa curva tem havido ligeiras melhorias em relação à década de noventa. Tem havido ligeiras melhorias mas, mantemos o nível das desigualdades sociais.

Qual é a contradição, haver uma melhoria da qualidade de vida e haver, também, essa percepção dos cabo-verdianos em relação as desigualdades? É que efectivamente, há um aumento substancial das expectativas dos cabo-verdianos, os cabo-verdianos querem mais, e isto, é um elemento positivo para qualquer governação.

Este ou qualquer outro governo de Cabo Verde, tem de manter este compromisso, de continuar a ter políticas inclusivas no domínio social, na luta contra o VHI Sida, no domínio da saúde e da educação. Temos de continuar nesta linha, de novas gerações de políticas públicas na área social, aqui o caso da habitação é extremamente importante, o ano de 2009 será o ano nacional da habitação, vamos fazer fortes investimento no domínio da habitação.

Também, temos desenvolvido políticas económicas orientadas para o crescimento e a competitividade da economia. Queremos construir uma economia de serviço. Gradualmente estamos neste caminho, em 2001 tínhamos um aeroporto internacional, agora temos três e vamos inaugurar brevemente um quarto. O aeroporto internacional da Boavista vai receber obras de expansão antes da previsão feita no Plano Director de Desenvolvimento deste aeroporto. Já estamos a negociar a expansão da pista do aeroporto da Praia para poder fazer face ao crescimento da demanda em relação a esse aeroporto internacional. Estamos a modernizar as infraestruturais para poder sustentar esta economia de serviço, estradas, portos, aeroportos, água, saneamento e estamos a desenvolver as políticas de planeamento e ordenamento do território.

Quando assumi o governo a função de ordenamento do território não existia a nível da estrutura do governo. Nós já aprovamos a sua lei de base, estamos, neste momento, a elaborar os sistemas de ordenamento do território de Santo Antão, do Fogo de Santiago e de S. Nicolau. Já aprovamos a lei de cadastro e estamos a apoiar os municípios na elaboração do Plano Director Municipal.

Vamos lançar no dia 4, conjuntamente com a Sra. Ministra da Economia a Agência para a Inovação e Desenvolvimento Empresarial, cindindo assim a Cabo Verde Investimento que, neste momento, tem as duas responsabilidades, para darmos um apoio mais forte as empresas na sua inovação e desenvolvimento.

Temos também a competitividade Fiscal, em 2002 reduzimos os impostos sobre os rendimentos das pessoas colectivas de trinta e cinco para 30%, neste Orçamento de Estado, estamos a propor 25%. Em relação aos pequenos operadores reduzimos de trinta e cinco para 20% em 2002, e estamos a propor a redução para 15%. Estamos a propor uma redução substancial do IUR sobre as pessoas singulares e haverá uma melhoria substancial, não só, no rendimento das empresas, como também, no rendimento das famílias. Isto é para prevenir eventuais efeitos da crise sobre a competitividade das empresas cabo-verdianas.

É claro que há efeitos da crise em Cabo Verde. Temos desde logo, os aumentos dos preços dos cereais e dos combustíveis, que tem reflexos na inflação que neste momento, é de cerca de 6,2%. Mas, se expurgarmos o aumento do preço dos cereais e dos combustíveis, teríamos uma inflação próxima de zero. Portanto, aqui, a inflação é induzida pelo impacto da crise em Cabo Verde, designadamente os preços dos cereais e dos combustíveis, mas também, há impacto nas reservas externas, e temos que ter em conta, a redução das remessas dos emigrantes, que é um elemento importante na análise da situação da crise internacional. Os nossos emigrantes estão no furacão da crise, se houver mais recessão, se houver desemprego os cabo-verdianos serão directamente atingidos e haverá também reflexos na remessa dos emigrantes e na estabilidade das nossas comunidades emigradas no exterior.

Neste momento, já temos algum impacto da crise, em relação ao turismo, particularmente ao turismo imobiliário no segmento médio baixo, que tem sentido reflexo da restrição ao crédito nos EUA, na Irlanda, na Inglaterra e em outros países Europeus. Quanto ao turismo de hotéis não tem diminuído, mas sim, aumentado. As perspectivas são boas tanto para o turismo de hotéis, como para o turismo imobiliário de nível mais alto.

Mas, é preciso que acompanhem a situação, de modo, a introduzirmos medidas correctivas, que se mostrarem necessárias. Aqui, estamos em negociação com os empresários, para podermos ver as medidas que teremos de tomar conjuntamente. Estamos em negociação com a Promitur com a Onitur, com as Câmaras de Comércio e com outras associações empresariais, vamos discutir o orçamento para 2009 de modo a encontrarmos as melhores soluções, para fazermos face a todos os efeitos da crise internacional na economia cabo-verdiana.

As boas políticas desenvolvidas desde 2001 tem-nos permitido, hoje, resistir a crise internacional com mais eficácia. Cabo Verde tem hoje, outra robustez económica, tem a estabilidade dos fundamentais da economia e, isso tem nos permitido, resistir aos efeitos da crise.

O governo tem tido políticas preventivas, designadamente em relação aos cereais, por isso, é que os cereais em Cabo Verde, subiram em cerca de 1/3 do que subiram, a nível internacional. Não temos permitido, a transferência dos preços dos combustíveis para a electricidade e a água. O governo tem assumido o défice tarifário em relação a electricidade e a água, de forma a mitigar os efeitos da crise, em relação às empresas e as famílias, de forma a proteger o tecido empresarial e proteger as famílias cabo-verdianas.

É claro que temos que ter uma política em relação as empresas, e as próprias empresas têm de se adaptar ao novo momento. É preciso garantirem racionalização de custos, é preciso haver melhoria da produtividade e melhoria da qualidade na prestação de serviços. As empresas têm que estar conscientes, de que estão num mundo que passa por uma forte turbulência e que, é preciso neste mundo, tomar as medidas que são necessárias para garantir a competitividade.

Este debate, devia levar-vos, à discussão aprofundada dessas medidas, para que houvesse um entendimento nesta casa parlamentar, sobre como Cabo Verde deve preparar-se, para mantendo as boas políticas macroeconómicas, possa continuar a ter as fortalezas suficientes, para fazer face a todas as dimensões desta crise internacional que, terá com certeza, impacto na economia cabo-verdiana. Era este debate que nós esperávamos e que a oposição não esteve a altura.

Há uma ideia de que há gentes, que efectivamente não tem ideias, não tem projectos, não tem participado com uma proposta para o desenvolvimento de Cabo Verde. Desde sempre, essas pessoas confundem arruaceirismo político, com política, que é uma actividade nobre. É preciso discutir ideias e não fazer essa política arruaceira, para ver se impressiona, amedronta e condiciona politicamente determinadas pessoas.

Espero que com a democracia, o medo tenha acabado em Cabo Verde. Os cabo-verdianos não podem ter medo da liberdade que têm, precisamente por isso, continuo na minha, fazer política com elevação, continuar a debater, a discutir ideias e projectos para o desenvolvimento deste país. É preciso assumir com muita responsabilidade a situação que se vive no mundo, para que internamente, a economia cabo-verdiana, Cabo Verde continue a vencer. São estes os nossos propósitos, e se defraudamos os nossos adversários hoje, acho que devem levar esta frustração para casa para reflectir.

Muito Obrigado